



A flor da Guavira: contribuições para uma história das mulheres pantaneiras

The Guavira Flower: Contributions to a Pantanal Women's history

Claudia Regina Nichnig

 <https://orcid.org/0000-0002-9689-8112>
Universidade Federal da Grande Dourados

Eudes Fernando Leite

 <https://orcid.org/0000-0002-2934-0522>
Universidade Federal da Grande Dourados

Resumo: A partir das narrativas de algumas mulheres que vivem no pantanal sul mato-grossense contaremos uma história em que as narrativas sobre conjugalidade e família estão entrelaçadas com as experiências de vida nesse espaço geográfico específico. Através da análise de fontes orais, documentários e músicas, principalmente trazendo a trajetória da violeira Helena Meirelles, usando as lentes dos estudos de gênero e feministas, pretendemos contar uma história das mulheres pantaneiras, trazendo como foco central as temáticas que envolvem famílias e parentalidades, nas décadas de 1940-1980.

Palavras-chave: Mulheres. Relações de Gênero. Pantanal. Memórias.

Abstract: From the narratives of some women living in the Pantanal sul mato-grossense we will tell a story in which the narratives about conjugality and family are intertwined with life experiences in this specific geographical space. Through the analysis of oral sources, documentaries and music, mainly bringing the trajectory of the guitarist Helena Meirelles, using the lens of gender and feminist studies, we intend to tell a story of Pantanal women, bringing as a central focus the themes that involve subjects as families and parenting, in the decades of 1940 to 1980.

Keywords: Women. Gender relations. Pantanal. Memories.

Neste texto abordamos questões sobre família e trabalho a partir de narrativas de mulheres que vivem no pantanal sul mato-grossense. Realizamos a análise a partir de fontes orais, documentários, músicas e periódicos dessa região do país, usando as lentes dos estudos de gênero e feministas, para contar uma história das mulheres pantaneiras, com enfoque nas temáticas de família e trabalho. As fontes que predominam sobre a história de vida de mulheres nesta região peculiar do país se restringem a fontes produzidas pelas famílias colonizadoras, como livros memorialísticos, os quais relatam trajetórias de mulheres que desempenhavam papéis esperados de mãe e esposa cuidadoras, primeiro subordinada a seus pais e depois ao marido. Destoa dessa produção, o livro de memórias de Izabel de Arruda Viegas, sua autobiografia. Mas também se agregam a estas fontes, as entrevistas orais realizadas com algumas mulheres do Pantanal, os documentários e entrevistas realizados com a violeira Helena Meirelles.

Para isso vamos começar uma viagem que adentra uma realidade muito



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

diferente das grandes cidades. Aqui, muitas vezes, quem comanda a trajetória da vida das famílias são os fenômenos da natureza, as cheias dos rios, as águas, as estações do ano...

É a partir destas fontes que nos debruçamos sobre a história das mulheres tendo como foco as relações conjugais, parentais e as questões relativas ao trabalho, seja no âmbito público seja no âmbito privado. É claro que a história das mulheres não está restrita a suas relações com a família e ao espaço privado, mas é nesse contexto que os espaços se entrelaçam e se confundem, e as imposições de domesticidade não se dão da mesma forma que em espaços urbanos. As experiências de algumas mulheres pantaneiras serão trazidas ao debate a partir de narrativas faladas e gravadas, para que possamos compor essa trama marcada pela força da natureza. A trajetória vital das mulheres citadas neste artigo são metaforizadas na imagem da flor da guavira, uma planta rústica do cerrado e bordas pantaneiras, cujos frutos (a guavira) se assemelham à uvas brancas, cascas grossas e polpa doce.

Algumas considerações sobre o espaço geográfico e as fontes de pesquisa histórica possíveis

É importante destacar que a história da região pantaneira é complexa e comporta uma longa trajetória que envolveu disputas entre espanhóis, portugueses e indígenas, considera o processo de construção de fronteiras efetivas a partir dos tratados imprecisos assinados entre os colonizadores europeus. Entre os séculos XVI e XVIII, sob a égide exploradora dos espanhóis a planície foi designada por “Laguna de los Xarayes” e, a partir daí progressivamente seria definitivamente denominado de “pantanaes” e Pantanal (COSTA, 1999; HOLANDA, 1994).

O complexo processo histórico de conquista e colonização do Pantanal produziu uma história e uma historiografia em que o protagonismo masculino ocupa a centralidade nos acontecimentos. Em se tratando da área localizada no atual estado de Mato Grosso do Sul e que compreende dois terços do Pantanal brasileiro, as referências à presença da mulher, quando ocorrem, derivam do discurso laudatório da ação dos pioneiros responsáveis pela fundação das fazendas de gado, a partir da década de 1880, um período de reorganização econômica pós-guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

A presença do pioneirismo é uma constante em diversos textos produzidos principalmente por integrantes da família Barros e em menor proporção, Gomes da Silva, as quais alçaram à condição de responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social das sub-regiões da Nhecolândia e Paiaguás.

O advogado e escritor Abílio de Barros, autor de vários livros que tomam o Pantanal e os pantaneiros-pioneiros como temas, com destaque para a Nhecolândia, se ocupou com o entendimento e a explicação da presença dos “desbravadores” nessa sub-região. Em dois livros, “Gente Pantaneira (Crônicas da sua História)” (1998), e “Pantanal pioneiros: álbum gráfico e genealógico de pioneiros na ocupação do Pantanal” (2007), o autor realizou um esforço significativo para contar a trajetória das famílias que desde o final da Guerra da Tríplice Aliança realizaram o afazendamento da região próxima à cidade de Corumbá. Livros que articulam pesquisas com memória, essas publicações permitem ao/a leitor/a alcançar significativas informações a respeito do protagonismo das famílias que a partir dos fins do século XIX e nas três décadas iniciais do XX transformaram a Nhecolândia na mais expressiva fração pantaneira, modificando

sua vasta área para prósperas fazendas de criação extensiva de bovinos. São textos bem cuidados em sua escrita e edição, o que favorece alcançar ao entendimento de que a fundação das fazendas de gado decorreu de muito trabalho, privações, mas também interesses nem sempre explícitos, embora seja inegável a capacidade dessas pessoas em “domesticar” a planície, transformando-a em área produtiva no contexto histórico do período.

Registre-se que os livros de Abílio de Barros se inscrevem numa tradição construída e desenvolvida entre os descendentes de José de Barros, autor de “Lembranças”, escrito memorial, que iniciou a produção de vasta obra de caráter memorativo, no interior da qual a historicidade do pantanal nhecolandense e da cidade de Corumbá, desde 1880, está relacionada a presença singular dos Barros e Gomes da Silva.

Nos livros *Gente pantaneira* (1998) e *Pantanal pioneiros* (2007), Abílio de Barros realizou sofisticada incursão pelos caminhos da memória, narrando a presença e os feitos daqueles proprietários por ele definidos como pioneiros. No decorrer de sua proposta, Barros relaciona famílias (ascendentes e descendentes), esclarecendo as relações construídas entre elas no longo e complexo processo de afazendamento da sub-região da Nhecolândia.

A presença das mulheres não escapa ao olhar desse autor que registra a importância das companheiras, mães e filhas, algumas com maior protagonismo e certa liderança, mas quase todas estiveram na condição de subalternidade em relação aos homens. A elas coube a tarefa de apoiar e serem os pilares das lidas no campo, ambiente masculino onde o trabalho com os bovinos implicava a presença dos maridos e dos filhos, futuros maridos de outras companheiras e apoiadoras responsáveis pela gestão da casa e cuidados com as crianças.

Por outro lado, somam-se a essas fontes as produções orais realizadas por Eudes Fernando Leite e Frederico Fernandes. Ao entrevistar homens e mulheres nos anos 1990, no Pantanal, Leite e Fernandes produziram fontes as quais podemos, nesse momento, nos debruçar para conhecer mais sobre as relações de gênero e a esfera do cuidado e trabalho por essas famílias e mulheres.

Ao abordarmos as experiências marginais, trajetórias muitas vezes invisíveis de pessoas que viveram e vivem no Pantanal, nos deparamos com a figura do homem, do boiadeiro, o trabalhador por excelências destes espaços. E onde estariam as mulheres neste contexto? Elas foram invisibilizadas, não existem, ou simplesmente não foram ouvidas? Não, não se trata de trajetórias inauditas. Eudes Fernando Leite e Frederico escutaram suas histórias de vida e a partir destas narrativas, iremos produzir a análise em relação a algumas temáticas que elegemos como importantes nesse momento. Mesmo que em seu trabalho doutoral, Leite (2003) não tenha utilizado como fontes principais as entrevistas com as mulheres, elas não escaparam ao seu olhar cuidadoso de pesquisador, pois naquele momento a preocupação era dar visibilidade a um sujeito específico, o homem trabalhador das comitivas de boiadeiros, sujeito também marginal e invisibilizado pela história. Assim, as entrevistas aguardaram um momento propício para serem trabalhadas e não compuseram diretamente seu trabalho já referência (Leite, 2003), sendo que a análise é realizada agora nesse artigo. Também registramos que as narrativas aqui contadas estão marcadas pelas interseccionalidades de classe, raça e etnia (Crenshaw, 2002); já que são experiências de mulheres comuns, que exercem atividades reconhecidas como trabalho (mesmo que muitas vezes não remunerado), vivendo ou não de forma autônoma, em que a marcação de raça e etnia

importam em suas trajetórias singulares.

Ao contarmos a história das mulheres a partir de suas memórias, fazemos também uma crítica à “própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente para explicitar os vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma outra leitura possível” (Perrot, 1995, p. 9). As mulheres trazem suas narrativas que partem das experiências do Pantanal Sul-mato-grossense e suas memórias são marcadas por suas experiências singulares mas que se tornam plurais, pois se repetem nas narrativas de outras mulheres que vivem nesses espaços geográficos. Silvia Salvaciti (2005) trata desse conceito de *pluralidade* a partir de Hannah Arendt e mostra como também a memória de mulheres passa a ser pensada também de forma coletiva. Desta forma, essas narrativas encontram pontos de encontros a partir da forma como são contadas, mas também mostram como algumas narrativas são esquecidas, porque entendidas como menos importantes, relegadas ao âmbito doméstico. Estamos partindo da ideia que a memória é gendrada e utilizamos para isso o que diz a argentina Alejandra Oberti sobre a pesquisa realizada que utiliza os testemunhos das militantes em grupos de esquerda na ditadura militar de seu país. Alejandra Oberti afirma que não se refere somente a “refazer a história, incluindo as mulheres desta vez, dando-lhes o lugar que lhes foi negado” (OBERTI, 2010, p. 28), mas, sobretudo lançar luz sobre “uma memória que valoriza questões que podem parecer inconsequentes, que não estão inscritas, e não estarão nos grandes fatos da história” (OBERTI, 2010, p. 28).

Como já foi dito, não pretendemos reiterar pesquisas que enfatizam as narrativas de mulheres que enfocam somente as questões do privado. Mas demonstrar que aquilo que pode ser considerado como algo sem importância, ou inconsequente, apesar de não integrar “os grandes fatos da história”, são importantes. Vale lembrar que os pequenos acontecimentos, as histórias do cotidiano, das relações do privado, da vida das mulheres, também fazem parte da história, e na historiografia passam a ser objeto de estudo da história social e cultural.

Mas se a domesticidade, ao tratar de questões do privado podem ser entendidas como não políticas e de menos importância estamos chamando atenção para os aspectos principais das relações privadas, a família, e com ênfase nas relações conjugais, parentais e de trabalho. Se por um lado os aspectos centrais considerados como menos importantes da domesticidade (por não se tratarem de questões políticas e econômicas), temos a família como um papel central nesta trama das relações sociais. A família é entendida como “uma parte integrante e uma ferramenta na manutenção do que é social, mas não ocupa nem deve ocupar os espaços “sérios”, privilegiados, fundamentais que a economia e a política ocupam na vida social” (MELO, 2019, p. 1). Mas ao fazermos uso das lentes dos estudos feministas e de gênero estamos entendendo que as questões do privado são também políticas e em busca do reconhecimento devido passam a ser consideradas importantes e valiosas. Perpassa essa temática a discussão sobre a importância do trabalho realizado pelas famílias em âmbito doméstico para sua manutenção, considerado naturalmente e culturalmente imposto às mulheres, para quem é atribuído o trabalho do cuidado da casa, de crianças, idosos e doentes (NICHNIG, 2019).

Família, casamento e conjugalidade no Pantanal

As famílias e a experiência das conjugalidades e parentalidades apesar de

serem temas recorrentes nos estudos de gênero e feministas, não são uma temática comumente abordada quando se trata do espaço geográfico do pantanal sul mato-grossense. Soma-se a esses temas as experiências de maternidade e o cuidado com as crianças, idosos e doentes, e ainda a responsabilidade pela manutenção da casa e a realização do trabalho doméstico, exclusivamente pelas mulheres.

Por família entendemos os diferentes grupos sociais, formado por casais (de sexos diferentes ou não), marcados (ou não) pela existência de filhos/as, os quais estão formalizados pelo casamento civil, união estável ou mesmo sem a necessidade de registro formal, que vivenciam relações afetivo-sexuais, compartilhando entre o casal a responsabilidades pelo grupo. Até a Constituição de 1988, a família era formada somente através do casamento civil, a partir desse instrumento legal o conceito de família foi alargado, permitindo o reconhecimento da união estável, anteriormente considerada como amaziamentos ou concubinatos, anteriormente não merecedoras da proteção jurídica. Claudia Fonseca, antropóloga que estuda as relações familiares em âmbito urbano, destaca que “para os grupos populares, o conceito de família está ancorada nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua” (FONSECA, 2005, p. 51).

De acordo com o antropólogo brasileiro Luis Fernando Duarte, as famílias de classes populares caracterizam-se pela “fraca subordinação da cultura desses grupos de nossas sociedades à ideologia individualista e da concomitante preeminência de uma visão relacional e hierárquica do mundo, expressa em boa parte na alta valorização de seu modelo de família” (Duarte, 1994, p. 33). Mesmo que nossa pesquisa esteja voltada para o âmbito rural o que os antropólogos nos ajudam a pensar é sobre a não relação com o Estado para a formação desses grupos: as famílias são formadas, através de suas redes de sociabilidade e por relações afetivo-conjugais, marcadas ou não pela presença do afeto. Por conjugalidade se entende as relações afetivo-sexuais, que condensam “um estilo de vida”, fundado em uma dependência mútua e em uma dada modalidade de arranjo cotidiano, mais do que propriamente doméstico, considerando-se que a coabitação não é regra necessária. (HEILBORN, 2004, p. 11-12). Outra questão importante que nos coloca Russel Parry Scott é que a conjugalidade pode agregar ou não “a intenção de ter filhos e formar família, mas isso não é obrigatório para que sua existência se institua. Sugere também a coabitação, mas essa tampouco é obrigatória” (SCOTT, 2012, p. 495).

Mas todas essas configurações como se apresentam no contexto do pantanal mato-grossense? E como pensarmos nestas ligações duradouras ou passageiras marcadas por sentimentos ou não de afeto nesses espaços singulares? Que configurações levam as pessoas que vivem nesse espaço a juntarem suas trajetórias e passarem a construir em conjunto suas narrativas de vida? O afeto, a ajuda mútua e a vivência da sexualidade são centrais nestas vidas viajantes?

No contexto urbano do Brasil, geralmente se entende por família o grupo formado pela mãe, pai e seus filhos(as), como apontamos acima. E como se dão essas relações familiares neste contexto rural específico? É importante e necessário falar de família? Como pensar nesses grupos em que essas relações familiares e domésticas de um lado são fortalecidas pela lida no campo e por outro são afrouxados por relações por vezes menos expostas a proteção legal e ao poder disciplinar e regular do Estado.

Nesse texto trataremos das narrativas memorialísticas de mulheres que viviam no espaço geográfico do Pantanal, mas que viveram as relações familiares distintas, sejam por famílias consideradas tradicionais como por mulheres comuns, entretanto,

essas trajetórias têm em comum vidas vividas de forma simples, com muito trabalho e dureza, mesmo que na velhice Helena Meirelles tenha conhecido o sucesso, a simplicidade permanece em suas narrativas. As décadas de 1940 a 1980 concentram, em linhas bastante gerais, a temporalidade abraçada nesse trabalho mesmo porque as fontes refiram à memórias das personagens, inviabilizando circunscrições temporais absolutas.

A história de vida de Helena Meirelles, uma mulher pantaneira que expressa a força, a vontade e o fato dessa mulher não se condicionar a um papel esperado por ser uma mulher, em uma região como já disse, de protagonismo masculino. Nascida em 1924, em Bataguassu, no atual Mato Grosso do Sul, com descendência indígena, paraguaia, mineira e paulista, como afirma Helena, ela cresceu em um ambiente rural, em torno de peões, comitivas e violeiros. As mulheres nesses espaços não são protagonistas de suas histórias, se restringindo ao trabalho doméstico e ao exercício do papel de mãe e esposa. As narrativas são construídas em torno do trabalho dos homens, sejam eles peões de boiadeiros, violeiros, entre outros, trabalhadores por excelência destes espaços. Helena queria tocar viola, mas essa não era uma atividade para uma menina, então ela aproveitou a oportunidade em que seu tio lhe deu ao lhe trazer um violão e mostrar que sabia “solar de ouvido”, sem nunca ter recebido qualquer aula formal do instrumento. A partir dali, o tio começou a dizer aos peões que passavam pela fazenda onde cresceu Helena para que parassem e tivessem a oportunidade de ouvir a menina talentosa que tocava viola.

Helena Meirelles desafiou barreiras em um lugar em que as trajetórias das pessoas, muito diferente do que nas grandes cidades, sofrem a influência e o comando dos fenômenos da natureza, as cheias dos rios, as águas. Mesmo que as legislações e o poder do estado não influenciam da mesma forma a vida das pessoas, as regras sociais impostas diferentemente para homens e mulheres é sentida e vivida também nesse espaço. As mulheres foram invisibilizadas nesse contexto?

Os trabalhos já publicados do pesquisador Eudes Leite deram maior atenção às narrativas dos homens neste espaço, pois os trabalhadores de comitivas de boiadeiros também foram sujeitos marginalizados e invisibilizados por uma história dita oficial da região. Por esse motivo a história oral se fez tão imprescindível (LEITE, 2003). Ocorre que naquele momento, o pesquisador também se preocupou em escutar e realizar entrevistas com várias mulheres, sendo que são essas narrativas que agora analisamos. Assim, não se tratam de trajetórias inauditas, mas há uma predominância nos trabalhos sobre a região do pantanal em relação a experiência dos homens, e principalmente nesse tipo específico de profissão, os boiadeiros, tão característica dessa região do país.

Nesse texto, nos debruçamos sobre a trajetória de Helena Meirelles e pensamos suas relações conjugais e parentais que permeiam sua relação com a música e o trabalho. É claro que a história das mulheres não está restrita a contá-la a partir de suas relações com a família e ao espaço privado, mas é importante destacar a dimensão das relações familiares como objeto da história. Vale destacar que no espaço geográfico do Pantanal, as experiências de vida e as relações entre público e privado se entrelaçam, em uma trama marcada pela força da natureza.

Para as mulheres de espaço urbano, não seguir as regras da vivência da maternidade e casamento seria considerado “ir contra a natureza”. Mas para as mulheres imersas ao espaço da natureza? Em um espaço geográfico em que as diferenciações entre o espaço público ou privado não são da mesma ordem, em que a

presença no espaço público e privado se confundem? A proposta é pensar como as relações parentais ocorrem nesses locais em que a natureza é tão presente. Nesse espaço, como são construídos (ou não) os laços de afeto e cuidado entre as mães/pais e seus filhos/as.

A separação natureza e cultura perpassa o debate da antropologia, fazendo crer que o determinismo biológico impõe às mulheres uma proximidade maior com a natureza. É importante lembrar que “não que fatos biológicos sejam irrelevantes ou que homens e mulheres não sejam diferentes, mas sim que certos dados e diferenças somente adquirem significado de superior/inferior dentro da estrutura de sistema de valores culturalmente definido” (ORTNER, 1979, p. 99). Mesmo que a cultura possa ser compreendida também como expressões populares, são construções culturais de uma população, que querem se distinguir da natureza. A civilidade é também uma possibilidade de se diferenciar da natureza, ter hábitos, práticas, que diferenciem os humanos dos animais. O Mato Grosso do Sul, além de ser marcado por ser uma região de conflito, também é marcado pela presença de áreas de grandes extensões de terra, mas que em alguns momentos são inundadas pelas águas, o Pantanal, região em que viveu e trabalhou a violeira. A partir dos projetos do governo do Presidente Getúlio Vargas houve um incentivo para a “povoação¹” da grande área do centro-oeste do país, com objetivo de “povoar e civilizar” a região, seja através da formação de cidades, seja por meio de divulgação de periódicos que impunham hábitos da modernidade para a sua população, a vida das pessoas mantinha presença marcante da natureza. Então, não é de se estranhar quando a própria a Helena Meirelles afirma que é uma cobra.

Outra também célebre personagem feminina, desta vez da ficção da região do Pantanal mato-grossense é Juma Marruá, da novela Pantanal que teve sua transmissão no início dos anos 1990, na extinta televisão Manchete, que em certos momentos da trama, se transformava em uma onça². Assim, como Juma que se transformava em onça quando ameaçada, Helena Meirelles, também afirma que é uma cobra e pode usar a boca para se defender: “eu tenho o sangue de tudo quanto é bicho, e bicho perigoso, venenoso, porque eu fui cobra, fui braba, fui perigosa!” (DONA HELENA, 2004). Essa condição lhe permite reagir de forma violenta, já que usa a boca para se defender e afirma, portanto, que não ocupa o lugar de ser frágil ou indefeso destinado as mulheres, pois todos sabiam no Mato Grosso do Sul³, como era braba a violeira Helena. Os relatos das antigas donas das casas em que ela trabalhou afirmam que muitas vezes ela brigou devido ao seu jeito rude e personalidade forte. Segundo Helena: “Lá pro Mato Grosso do Sul todo mundo fala: mexeu com ela, encontra!” (DONA HELENA, 2004).

Nesse espaço em que a legislação e o braço do Estado pouco influenciam, como pensar as conjugalidades? O que leva as pessoas a juntarem suas vidas e passarem a construir em conjunto suas narrativas de vida? O afeto, a ajuda mútua e a vivência da sexualidade são centrais nestas vidas viajantes?

¹ As expressões “povoar” e “civilizar” são afirmações que desconsideram e invisibilizam as populações indígenas que vivem na região, sendo que atualmente é o segundo Estado em população indígena do país, contando com a presença de 11 etnias: Terena, Kinikinau, Kaiowa e Guarani, Kadiwéu, Ofaié, Guató, Chamacoco, Ayoreo, Atikum e Camba. (CHAMORRO; COMBÈS, 2018, p. 19-20)

² A personagem de Juma Marruá foi interpretada pela atriz Cristina Oliveira e a novela foi filmada na região do Pantanal. Pantanal, de Benedito Ruy Barbosa, foi um verdadeiro fenômeno de audiência, conquistando o público com suas belas imagens da região pantaneira e narrando a saga de Juma Marruá (Cristiana Oliveira), mulher que, dizia-se, se transformava em onça (SANTANA, 2018).

³ Destaque-se que em 1977, o estado de Mato Grosso foi dividido, originando uma nova unidade federativa, o Mato Grosso do Sul. As referências de Helena Meirelles ora dizem respeito a momentos anteriores à divisão, ora ao pós-divisão.

A narrativa da violeira Helena Meirelles nos mostra como os casamentos, ou amaziamentos podem ocorrer por uma estratégia de fuga da casa dos pais, mas também por uma vontade de compartilhar uma trajetória, enquanto for da vontade de ambos. Helena queria aprender a tocar violão desde criança, mas foi proibida de aprender o ofício pela família e por isso fugiu aos 16 anos para se casar. Teve diferentes relacionamentos “apaixonou-se por outros homens, mas firmou-se com o terceiro marido, Constantino, um boiadeiro bonitão com quem viveu por quase 40 anos” (O TEMPO, 2017). Helena Meirelles ficou conhecida no Brasil e no mundo após ter sido reconhecida uma das cem melhores guitarristas do mundo pela revista estadunidense *Guitar Player*⁴. Como suas músicas, sua vida tem relação direta com a natureza.

A ideia de amor romântico também está longe de atravessar seus discursos já que ela considera o relacionamento como uma parceria de vida: enquanto está bom permanece, mas quando está ruim, se desfaz e toca-se a vida pra frente. Por isso, não tem problema algum em declarar que teve filho com seus companheiros, mas também com os amantes que passaram por sua vida, o que será discutido ao longo desse artigo.

Narrativas sobre o viver em conjugalidade no Pantanal

As narrativas de Dona Negrinha, assim chamada por conta de sua tez escura, uma indígena Guató, e que apesar de nascer em uma fazenda, juntamente com sua mãe e irmãos intercalava a vida entre a fazenda e a aldeia⁵, também nos ajuda a refletir sobre conjugalidade nesse contexto. Dizia que sua mãe, uma bugrinha, era chamada para o trabalho na fazenda, pois sua forma de trabalhar era diferenciada das outras indígenas; relatou que perdeu o pai (filho de um escravo liberto) quando criança e a mãe, dona Maria Dominga Ferreira, permaneceu com ela e alguns de seus irmãos na fazenda, em troca de trabalho para poder criar os filhos, sendo que os demais foram dados a adoção.

Dona Negrinha conta que sua mãe, trabalhava em uma condição que ela chamou de escravidão pois “Casou di novo aí ela fico lá de escrava do povo, nós era pequeno, a outra era recém nascida que era a Julieta, minha mãe fico lá; imagina quando ela acho um homem pra tirar ela de lá: aí que ela saiu, porque o povo marvado [...]”. Aponta que a vida na fazenda era bastante sofrida e a mãe bastante maltratada, na condição de subalternidade. Por esse motivo Negrinha entende o casamento como uma necessidade, uma forma de sobrevivência: “Aí minha mãe pergunto pra ele de Josefa, aí ele falô: – Josefa tá bem, você num quer ir pra lá Dominga? Aí, ela falô assim: Eu quero Totó, mas quem que vai me levá? Aí, ele falô pra minha mãe: Espera aí Dominga, eu vou fazê você casá de novo.” Na narrativa, também aponta como o fato do padrasto ter se comprometido a ir buscar sua mãe, Dominga, ocorreu sob a condição de que essa permanecesse com ele:

Mais eu já vô fala: – eu venho buscar você, mas eu gostei de você, mas você não qué fica comigo? Minha mãe falô: – Num sei, vamo vê, depois que chega lá vamo vê o que vai sê! Ele falô: – Ah não, depois cê chega lá e cê num vai me quere Minha mãe falô: – Não aqui, num dá certo; eu vô com você. Minha mãe até choro, ficô tão

⁴ Helena Meirelles foi escolhida em 1993 pela *Guitar Player* como uma das “100 mais” por sua atuação nas violas de 6, 8, 10 e 12 cordas. Disponível em: <http://cliquemusic.uol.com.br/artistas/ver/helena-meirelles>. Acesso em: 29/07/2019

⁵ Para maior compreensão a respeito de Dona Negrinha ou Francolina Rondon, ver o artigo de Leite; Oliveira (2012).

alegre! Minha mãe falô: – Pode traze o carro que eu vô! (DONA NEGRINHA, 2001)

O padraço sabia que em outro lugar, com outras condições e o acesso a sociabilidade com outros homens era quase certo que Dominga se agradaria por outras pessoas e talvez não permanecesse como sua companheira. Mas naquela condição da vida na fazenda, em que conhecer outros homens seria quase impossível, e quando muitos casos de assédio e violências contra as mulheres são relatados, se sujeitou a viver com aquele homem que foi o responsável por tirá-la da vida sofrida na fazenda. O diálogo aponta como os casamentos eram arranjados, como uma tentativa de sobrevivência das mulheres e suas crianças, pois um novo marido poderia ajudar a criar os seus filhos. Conforme afirma Negrinha, expressando um conformismo associado à gratidão: “um dia apareceu esse home, um home bom, o padraço que minha mãe arrumo pra mim, que bom!” (DONA NEGRINHA, 2001). As narrativas de Negrinha confirmam como os relacionamentos eram uma forma de sobrevivência para as mulheres e as crianças, pois as vidas vividas em um ambiente hostil e marcada por violências, transformava os relacionamentos em uma forma de proteção, mesmo que as violências familiares e domésticas eram (e ainda são) naturalizadas nestes contextos.

Parentalidades pantaneiras: os cuidados realizados por mulheres é trabalho?

Se as relações afetivo-conjugais eram atravessadas pela experiência de viver em uma região inóspita, também as relações entre pais e filhos são afetadas pelo espaço geográfico. Considerando que a noção de parentalidade rompe com a ideia de que apenas o homem pode ser pai e apenas a mulher pode ser mãe, o conceito abrange a possibilidade dessas funções serem realizadas por pessoas que estão desenvolvendo o papel de cuidar de uma criança, independentemente do sexo biológico. Inúmeras relações se dão através de uma construção social, pois mesmo que as pessoas não tenham vínculo biológico com as crianças cuidam delas como se fossem seus filhos.

No contexto brasileiro a parentalidade ainda está dissociada da conjugalidade e da sexualidade, por meio da possibilidade das relações familiares se darem através dos chamados filhos de criação, o que Cláudia Fonseca chama de “circulação de crianças” (1998, 2002, 2005), ou seja, crianças que são criadas por adultos que não são seus pais biológicos e tampouco passaram pelo processo de adoção legal. Assim, novas redes familiares se formam para além da família biológica, formando novas famílias através de laços socioculturais, que se unem pelo afeto.

Se as parentalidades e maternidades são temas recorrentes nas teorias feministas e de gênero e se desdobram em inúmeros temas como as relações parentais, experiência feminina do parto, amamentação, os cuidados com as crianças, experiência do aborto, todos estes temas podem ser discutidos sem retomarmos a ideia de instinto materno⁶. Aqui discutimos como há uma naturalização em relação aos cuidados desempenhados por mulheres, especialmente em relação aos filhos, idosos, doentes e ainda a realização as atividades domésticas. Vale lembrar que em contexto rural essas atividades domésticas são elásticas, não se restringindo aos cuidados da casa em si, mas várias atividades que se relacionam ao cuidado com a casa.

Como uma ideia construída e trazida para um dado contexto histórico e cultural,

⁶ Elisabeth Badinter analisa as discussões em torno do fato do amor materno ser considerado um instinto ou está imbricado na forma de socialização das mulheres pelas famílias para as quais o dever de cuidado e a maternagem é algo construído e imposto pela cultura (BADINTER, 1985).

a ideia de instinto materno permanece nas relações parentais do Pantanal? Como essa ideia é experienciada por essas mulheres?

Estas reflexões nos permitem pensar o lugar do feminino nas relações parentais, a questão do cuidado, e como o lugar da maternagem é naturalizado e construído, considerando um contexto histórico específico. As teorias dos movimentos feministas e de gênero têm a maternidade e o cuidado de filhos e filhas como uma preocupação, no sentido de que este é naturalmente destinado às mulheres/mães.

Ao relacionar os feminismos e a maternidade, Lucila Scavone aponta como esta relação tem seus desdobramentos: em primeiro lugar mostra como os feminismos, principalmente as feministas francesas, apontaram “a experiência da maternidade como um elemento chave para explicar a dominação de um sexo pelo outro: o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças” (SCAVONE, 2001, p. 138), demonstrando como a maternidade seria uma das causas da exclusão das mulheres no espaço público e ainda “o eixo central da explicação da desigualdade entre os sexos” (SCAVONE, 2001, p. 139). Segundo a autora, “não é o fato biológico da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social a maternidade” (SCAVONE, 2001, p. 141).

Talvez seja este significado social dado a maternidade que faça com que se perpetue no contexto social a dominação, tornando o cuidado uma função de responsabilidade das mulheres. Carla Bassanezi analisando a recente história do Brasil afirma:

Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte desta essência feminina, sem história, sem possibilidade de contestação. A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade. A mulher que não seguisse seus caminhos, estaria indo contra a natureza, não poderia realmente ser feliz ou fazer com que outras pessoas fossem felizes. Assim, desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis no currículo de qualquer moça que desejasse se casar. E o casamento porta de entrada para a realização feminina, era tido como o objetivo de vida de todas as moças solteiras. (BASSANEZI, 2001, p. 609-610)

Para as mulheres do espaço urbano, não seguir as regras da vivência da maternidade e casamento seria considerado “ir contra a natureza”. Mas para as mulheres imersas ao espaço da natureza? Em um espaço geográfico em que as diferenciações entre o espaço público ou privado não são da mesma ordem, em que a presença no espaço público e privado se confundem? A proposta é pensar como as relações parentais ocorrem nesses locais em que a natureza é tão presente. Como se constroem ou não laços de afeto e cuidado entre pais e filhos/as.

A partir dessa ideia discutiremos como se dá a responsabilização com o cuidado com os filhos/as e se o cuidado e a educação dos filhos/as é algo “naturalmente” destinado às mulheres. É possível escapar desta função natural? As mulheres do Pantanal nos mostram como isso não é natural, mas construído e reificado no âmbito da cultura, demonstrando a possibilidade de se transferir a responsabilidade do cuidado, para outras pessoas, não somente para os pais das crianças, mas para parentes próximos, especialmente outras mulheres.

Em outros espaços de institucionalização da educação e dos cuidados, Suely

Gomes Costa analisa como o cuidado pode ser transferido das famílias para o Estado, sendo que quando o cuidado é realizado exclusivamente pelas mulheres, acaba sendo a responsabilidade da maternagem transferida para outras mulheres (COSTA, 2002). Mas no espaço rural em que o Estado está distante, como pensar a atribuição compartilhada do cuidado, especialmente pensando a busca do estreitamento das relações entre pais e filhos.

Gayle Rubin discute em seu artigo *O tráfico de mulheres* (1993) a ideia essencialista de que a sexualidade e a reprodução causavam a diferença de gênero de modo inevitável. Rubin afirmava que é este aparato social construído que tornava fêmeas em mulheres domesticadas, sendo que denominou isso de sistema sexo/gênero. Nesta lógica a partir de relações maritais e conjugais são construídos papéis esperados para homens e mulheres, sendo que aquelas que parem e amamentam, também são educadas e condicionadas para a realização dos cuidados com as crianças, mas também de outras pessoas do grupo familiar, como os velhos e dos doentes.

A narrativa de Helena Meirelles mostra como nem todas as mulheres pantaneiras podem se enquadrar nesse conceito de “fêmeas domesticadas” como ironizou Gayle Rubin (1993). Helena descontrói a imposição de um lugar para as mulheres na reprodução biológica, em que a gestação e o parto dá início há uma nova forma de vida, quando as mulheres estão impedidas de seguir várias outras atividades, ficando restritas ao cuidado do filho recém-parido. Através de sua narrativa o parto e o nascimento não geram o impedimento do fluxo natural da vida, trata-se de um acontecimento da vida como outro qualquer. Helena afirma que foi ela mesma que se encarregou de seus próprios partos, não necessitando de parteira ou da ajuda de outra pessoa. Por outro lado mesmo quando autoras como Shery Ortner traz ao debate a aproximação das mulheres com a natureza, em que “o corpo e a função da procriação natural, específica somente as mulheres” (ORTNER, 1979, p. 102), se trata de um corpo “condenado a mera reprodução da vida” (Ortner, 1979, p. 104), algo que para a antropóloga faz com que as mulheres estejam condicionadas ao “confinamento feminino ao contexto familiar e doméstico, um confinamento motivado sem dúvida pelo seu processo de lactação” (ORTNER, 1979, p. 106).

Mas se as mulheres podem gerar vidas e parir através de sua capacidade biológica o confinamento e o enclausuramento é dado pela cultura e pela imposição cultural do cuidado com os filhos, exclusivo atribuído às mulheres. Helena rompe com essa imposição. Fala com bastante naturalidade de todo o processo e diz que pariu “dando risada”. Ao relatar o nascimento de um de seus filhos, o João, conta que durante o parto tomou cerveja, e ao detalhar o procedimento afirma que o fez sozinha: “eu mesma fazia o toque para ver a altura que tava, via se tava perto ou se tava longe, eu nunca deixei as parteiras ver as minhas partes de mulher!” (DONA HELENA, 2004). Conta também no documentário os detalhes do parto de Francisco, afirmando que o bebê quase caiu da cama, pois “ele me deu um coice aqui no mesmo estômago, e foi uma dor só; eu disse puta merda! Eu mesmo me afirmei aqui em cima da cama e segurei no joelho, e quando veio a dor o menino espirrou e depois eu fiz a massagem para não subir a placenta nem pro estômago nem sair fora” (DONA HELENA, 2004).

Em outro relato contou “o parto pra mim [...] parto pra mim, meu filho é como botar um ovo!” (HELENA MEIRELES, 1994). Helena afirma ter feito todos os seus partos, assim como a personagem da ficção Juma Marruá. A personagem da ficção deixou todos os familiares aflitos ao decidir realizar seu parto sozinha, na beira do rio,

como um bicho, conforme as outras personagens da novela afirmaram.

Ambas as narrativas mostram como “não é o fato biológico da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social a maternidade” (SCAVONE, 2001, p. 141). As duas buscam viver o parto e a maternidade da sua maneira, de forma natural, sem que imposições sociais pesem sobre seu modo de vida, natural, livre, sem amarras sociais.

Além disso, Helena se manifesta do seu jeito simples sobre o aborto quando afirma que “muitas mulheres diziam, toma remédio, mata, onde já se viu uma mulher com essa barriga, e eu disse não, a culpa deles estar aqui não é deles, é nossa, eu acho um filho de Deus que crie” (DONA HELENA, 2004).

Helena Meirelles rompe com o dever do cuidado dos filhos

“Ela bebia demais e abandona os filhos e depois que ela acordou para vida, ela viu que não era aquele o caminho ela passou a proteger seus filhos”, afirma um de seus filhos, sendo que Helena permaneceu com dois de seus filhos, um deles até sua morte, que faleceu em razão de doença. “Ele levou a corda do meu coração, aos 36 anos ele faleceu” disse Helena que apesar das críticas recebidas por seus próprios filhos se manteve até fim de sua vida convivendo com dois de seus onze filhos.

A manutenção das relações parentais é uma preocupação para as mulheres no contexto do Pantanal? É possível escapar desta função se o cuidado e a educação dos filhos/as é algo “naturalmente” destinado às mulheres?

A partir desses questionamentos refletimos, a partir da narrativa de Helena Meirelles, sobre a responsabilização e o cuidado com os filhos/as.

A experiência de Helena Meirelles nos ajuda a pensar sobre essas redes que se constituem para o cuidado dos filhos, pois ela afirma em relação ao seu segundo casamento que este foi uma necessidade pois precisava “ter um companheiro para ajudar a criar meus filhos”. Mas como o companheiro começou a “querer a pintar sarrandeco”, ela não gostou, ou seja, o novo companheiro queria impor limites à violeira. A relação não se manteve e Helena pediu ajuda à mãe para tomar conta de seus filhos. Ao decidir sentar “o pé na bunda” do segundo marido e seguir sua carreira artística, com a ajuda da sua mãe. Ao transferir o cuidado dos filhos para outras pessoas, pôde continuar tocando e “sair no mundo”.

Torna-se mãe de 11 filhos, não recusando dessa forma a concepção da maternidade como uma parte da essência feminina, no entanto acaba criando de fato apenas dois ou três filhos, os demais, ela doou, deixou com as avós ou com os pais das crianças. Esse comportamento evidencia o significado atribuído a maternidade nas décadas de 40 e 50. (SIMÕES, 2009, p. 46)

Mesmo que tenha permanecido com apenas dois de seus filhos, um deles conta em depoimento que foi com a mãe que aprendeu a tomar pinga e fumar, aos 7 anos de idade. Dentre as formas de cuidados que se esperava para as mães zelosas dos anos 1940 e 1950 no Brasil, principalmente ensinadas através dos jornais dedicados a forma de ensinar as mulheres como cuidar de seus filhos, com certeza não se permitiria estimular ou deixar os filhos a ter acesso a bebida alcoólica e aos cigarros, e ainda com certeza muita coisa mudou em relação aos cuidados com as crianças na última metade do século XX.

A bebida alcoólica era uma saída para permanecer no mundo do trabalho, para isso Helena aprendeu a tomar pinga e a ser valente. Naquele espaço a bebida não fazia

só parte da diversão, mas também era uma possibilidade de aguentar firme a dura jornada diária de violeira nas regiões pantaneiras. Além disso, participar de brigas em locais como prostíbulos e bares, fazia parte de sua vida de violeira, em um momento em que viver da música para uma mulher daquela região do país, era preciso estar submetida a locais rudes e não comuns para uma mulher casada e com filhos. Em uma de suas entrevistas afirma que exerceu o ofício de prostituta por três anos, mas neste período enfatiza o fato de tocar nesses espaços, e fazer muita farra e ter aprendido a beber para poder trabalhar, como prostituta mas sobretudo como violeira.

Se os locais por onde essa circulava não a incomodavam, pois para ela pouco importava frequentar locais não apropriados para mulheres de “família”, como prostíbulos e botecos de beira de estrada. Para Helena tocar era o que interessava, pois queria estar onde apreciassem a sua música e lhe pudessem pagar, já que como disse a própria Helena ela gostava de tocar, mas também gostava da farra, pois poderia permanecer até “uma semana inteira praticamente sem dormir”.

A partir da trajetória de Helena Meirelles vemos que permanecer junto de seus filhos a impediria de trabalhar, principalmente pelo local e pelos horários que desempenhava a função de cantora. Assim, a cantora escolheu continuar fazendo “o que mais amava: tocar em bailes, prostíbulos, bibocas de beira de estrada e onde mais quisessem uma violeira capaz de tocar e farrear” Outra fonte informa que Helena “foi deixando os filhos com famílias adotivas” (O TEMPO, 2017), mesmo que os relatos da própria cantora afirmem que essa tenha deixado os seus filhos com a avó.

Mas se Helena não se ocupou do cuidado de todos os seus filhos, onde estavam seus pais? É importante registrar que aproximar os pais de seus filhos, não somente para que os pais fossem responsabilizados com o cuidado das crianças, mas para que pudessem criar e/ou estreitar seus laços afetivos, foi uma das temáticas debatidas pelos movimentos feministas já durante o feminismo de segunda onda no Brasil (NICHNIG, 2013). Essa é uma preocupação no contexto histórico do Pantanal, ou as mulheres eram as únicas responsabilizadas pela criação dos filhos? Por certo o abandono materno também era muito mais condenável (como ainda o é) e não passava despercebido naquele espaço, pois causava espanto levar crianças para prostíbulos em que teriam acesso a álcool e cigarros. Já o abandono dos pais não sofria estranhamentos na região do Pantanal, pois como em qualquer outro local do país era algo naturalizado como possível, e não punível pelo Estado e pela sociedade.

Quando a mãe resolve realizar uma atividade artística, proibida para as mulheres daquela região por se tratar de uma atividade masculina, como é o caso da violeira Helena, o fato da cantora ter deixado as crianças com outras pessoas, mesmo naquele espaço, a fazia ser classificada como uma “mãe desnaturada”, fora da natureza materna pois não estava restrita ao cuidado necessário que mereciam seus filhos, inerente a natureza humana fruto da maternidade. Do seu modo, Helena desconstruiu o cuidado materno como algo inato, algo desejado por todas as mulheres. Por outro lado, permaneceu ao lado de dois de seus filhos: Francisco e Balbino, o qual tinha doenças mentais. Ao ser perguntada se gostaria de juntar todos os seus onze filhos Helena responde “do jeito que o mundo está não gostaria, os filhos estão batendo na mãe, os meus filhos são tudo brabo, tudo jaguatirica, onça lá do mato” (DONA HELENA, 2004).

Negrinha, Josefina, Augusta, nos contam suas trajetórias de vida: ser mãe e ser criança na região

Negrinha conta que casou com um indígena o qual era bastante violento. Diante da violência rotineira, resolveu fugir e levou apenas um dos cinco filhos. Durante a entrevista conta que os filhos que permaneceram com o ex-marido foram assassinados juntos com ele. Aponta as dificuldades para cuidar dos filhos, mesmo que contasse com a ajuda da mãe e da avó lamenta: “Ô menina, batalhei, trabalhei pra criá os meus, meu casal era Eva e Davi, e pra ajuda minha mãe também criava, que depois minha mãe fico só, só com a fiarada num quis mais sabe, largo do home, largo de tudo, fico a criançada, agora vai a Negrinha trabaia pra ajuda minha mãe cria as criança”. A narradora demonstra como o trabalho foi central em sua vida, explicando como o trabalho para a sobrevivência e como o cuidado com os filhos (como o trabalho de doméstica) tomavam conta da sua rotina “Minha vida foi assim só no trabaio!”. Mesmo com as dificuldades Negrinha conclui que pode sobreviver as diversidades da vida devido ao trabalho duro: “Trabaiei e também fui ajudada porque graças a Deus ninguém morreu de fome, nunca faltou, aí fico a minha avó e a minha mãe junto, nenhuma mais pego marido.”

Dona Josefina, uma mulher indígena da etnia Guató reafirma sua identidade étnica, assegurando discursivamente seu pertencimento e condição social: “Sou índio brasileiro, nasci e criei no Mato Grosso tá, sou brasileiro puro!”. Mãe de treze filhos, criou seus filhos, netos e ainda filhos de criação: “Neto que eu criei, que a mãe dele me deu foi Nerso, Laércio e Emiliano, essa bugrinha que tá aí, que eu criei [...]. Tá com quatro ano que a mãe dela deu ela, abandonou as crianças e o Laércio tava com treze dia de nascido, aí foi embora. Nem sei pra onde que foi sumiu de tudo” (DONA NEGRINHA, 2001⁷). A expressão “bugrinha”, de trajetória preconceituosa e excludente, empregada pelo colonizador não-indígena para diferir e impor relações de dominação é empregada por Dona Josefina com forte pendor identitário, agora revigorada e definidora de uma condição empoderada daquela que resistiu e permaneceu na história.

Augusta Ferreira também foi uma dessas crianças dadas para serem criadas por famílias ricas: “Eu nasci em Cáceres; agora dia eu num lembro, por que a minha mãe, parece que tinha muito filhos deu eu pra essa gente rico, sabe!”. Entretanto não se trata exatamente de ser criado por outra família como um filho, mas sim criar para ser uma “criada”, ou forma de escravidão permitida. Para Augusta, sobre suas memórias de infância: “criemo na fazenda, na fazenda deles que eles tinham fazenda” (DONA AUGUSTA FERREIRA, 1996). Demonstra que o trabalho era bastante duro para uma criança “Lá o tempo quando secava tinha que pega água na cacimba, panhá lenha, lidá com machado, refiná açúcar pra fazê doce [...] naquele tempo num é como agora, agora é, tudas coisa tá fácil, naquele tempo não, tinha serviço!”. Apesar de ter sido criada pela patroa, não se sentia como uma pessoa da família:

De criança é nos que cozinava, num tinha, como hoje, em dia tem empregada, nós que cozinava desde pequeno cada um tinha sua coisa um de lava ropa outro de cozinha por semana lá num tinha empregada não era nós, e a patroa nossa era muito braba com nós. Nós não tinha carçado não, bom nós não tinha ropa boa aquele chadrezão cortava ele botava pra vestir aqui, ia lavava ele notro dia ele tava bem aqui assim, não tinha direito, nós não tinha direito nem de botá um [...]. Não,

⁷ As afirmações feitas por Josefina estão na mesma entrevista concedida por Dona Negrinha, sua irmã, no momento em que ambas se encontram.

não, não tinha, licença de brincar, não isso [...] de primeiro era duro, não é como agora que a criança brinca, criança [...] então ele nem boto nós no colégio por isso que Eu num sei lê [...] não estudamo, num pôs. (DONA AUGUSTA FERREIRA, 1996)

Os relatos mostram como a circulação de crianças era comum e criar filhos de outras pessoas, fora do controle do Estado e do processo de adoção, formava novas parentalidades. Nessa situação verifica-se a limitação da atuação estatal e a construção de estratégias que garantissem a sobrevivência de crianças órfãs, numa espécie de roda de expostos, cujo sentido só pode ser compreendido se observarmos que os grupos sociais produzem regras e relações que asseguram algum tipo de coesão independentemente da formalidade pretendida pelo Estado.

As mulheres podem narrar suas histórias?

No *cosmos* pantaneiro e na produção narrativa a partir dele produzida, cujas características endógenas são acentuadas, as mulheres são personagens presentes e atuantes, não raras vezes desempenhando o protagonismo no enredo da vida cotidiana. Contrariamente à sua existência e ação, referências às mulheres localizam seu papel de apoio e linha auxiliar dos homens, para usar uma expressão local muito recorrente, um “esteio de aroeira” na existência das famílias. A presença é reconhecida no entremeio das atividades de trabalho em que o homem é o personagem principal, responsável pelos destinos do grupo.

Mesmo que existam múltiplas experiências de masculinidades na contemporaneidade, e que ainda seja uma temática nos estudos de gênero que mereça ser estudada, é importante perceber que uma característica evidente e não raras vezes saudada no Pantanal diz respeito a um tipo específico de masculinidade que apresenta força, rudeza, ignorância e pouca possibilidade de demonstrar as sensibilidades, expondo certas marcas da violência presente nas relações sociais. Integrando as práticas cotidianas, mas também se revelando nas representações responsáveis por enunciar identidades e locais, é possível perceber esse fenômeno, por meio de um tipo de leitura à contrapelo, realizado sobre a expressiva produção memorialista produzida por diversos autores descendentes ou associados às famílias colonizadoras do contemporaneamente definido por “Pantanal Sul”.

O processo de colonização da sub-região da Nhecolândia intensificado a partir dos anos 1880 ficou marcado nos registros do pequeno livro, mistura de diário com memorial, de José de Barros. Nesse escrito, José de Barros narra a trajetória vivida desde seu deslocamento do norte mato-grossense até a fundação de uma fazenda nas proximidades de Corumbá, acentuando um conjunto expressivo de dificuldades e contratempos, cedendo pouco espaço à afetividades. A economia narrativa de José de Barros, presente no seu “Lembranças para meus filhos e descendentes”, publicado em primeira edição em 1959, exala a aridez da areia pantaneira mesclada à rusticidade e força daqueles homens e mulheres que se instalaram numa região ambientalmente complexa. A parcimônia com que se refere à sua esposa atesta a prerrogativa do mando masculino não só na narrativa, mas igualmente no cotidiano (LEITE, 2012). Em relação a essa discussão acreditamos que há muito a ser pesquisado sobre relações de gênero, masculinidades e feminilidades no contexto do pantanal sul mato-grossense.

Concluindo

São mulheres e homens que tem suas vidas fortemente marcadas pela natureza. Homens fortes, endurecidos pela lida nas fazendas e nas comitivas que conduzem o gado em regiões de difícil acesso. Mulheres que cuidam dos filhos e das famílias em condições precárias, sem acesso à educação formal, tratamento médico e a proteção do Estado, e com a rispidez do local passam a ser como ele: duras. Neste artigo pretendemos, a partir das narrativas de mulheres pantaneiras, perceber e demonstrar suas sensibilidades, seus afetos, seus desejos, no que se refere às experiências de família e parentalidade.

Mesmo com o aporte da história cultural que trouxe a preocupação das relações distanciadas de uma história política, econômica ou as relações de trabalho das pessoas em seu ambiente público, ainda pouco se debruçou sobre as trajetórias e as subjetividades dessas mulheres, em um espaço geográfico ímpar, em que as distâncias e as dificuldades de locomoção e ainda distâncias das mulheres das cidades, as restringe a vida nas fazendas. É a partir do campo da história das sensibilidades que procuramos debater algumas questões subjetivas de homens e mulheres pantaneiras, seus amores, seus sentimentos. Se nosso olhar atento trouxe algumas preocupações sobre as experiências nesse espaço ainda é preciso dizer que essa é uma história a ser contada.

Referências

BADINTER, Elizabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARROS, Abílio L. de. *Gente pantaneira* (crônicas da sua história). Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998.

BARROS, Abílio L. de.. *Pantanal pioneiros*. Brasília: Senado Federal, 2007.

BARROS, José de. *Lembranças*. [s.n.t.]. 1987[?].

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 607-639.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Org.) *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: História, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2018.

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente; o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/ Cosmos, 1999.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DONA Helena. (Direção: Dainara Toffoli. Produção: M. Schmiedt, 2004. (56 min.), *DVCam*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nTGOLwo0Ya0&t=389s>. Acesso em: 22/06/2019.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. "Nós na família". *Ciência Hoje*, 1 jun. 2012. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/sentidos-do-mundo/nos-na-familia>. Acesso em: 22/06/2019.

ENTREVISTA AUGUSTA FERREIRA. Prod. Eudes Fernando Leite e Frederico Fernandes. Corumbá; UFMS, 1996. 55 min. Son. Cassete [áudio]

ENTREVISTA Dona Negrinha (Francolina Rondon). Prod. Jorge Eremites de Oliveira e Eudes Fernando Leite. Corumbá: UFMS, 2001. 120 min. Son. Cassete. [áudio]

FONSECA, Cláudia. *Caminhos da Adoção*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FONSECA, Cláudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*. 2005, v.14, n.2, p. 50-59.

FONSECA, Cláudia. *Quando cada caso NÃO é um caso*: Pesquisa etnográfica e educação. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1998, p. 58-78.

HELENA MEIRELLES – Parte 1.
<https://web.archive.org/web/20060108140152/http://www.teatrobrasileiro.com.br/entrevistas/helenameirelles.htm>. Acesso em: 30/06/2019.

HELENA MEIRELLES. São Paulo: Eldorado, 1994. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gz-k2hwJAYk>. Acesso em: 22/11/2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

LEITE, Eudes Fernando. *Helena Meirelles: a vida da violeira*. In <http://www.identidade85.com/2011/04/vida-da-violeira.html>. Acesso em: 29/06/2019.

LEITE, Eudes Fernando. Lembranças para meus filhos e descendentes. *Revista Diálogos*. Maringá. EdUEM: (Online), v. 16, n. 2, p. 677-706, mai.-ago. 2012.

LEITE, Eudes Fernando. *Marchas na história*; comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal. Campo Grande; EDUFMS, 2003.

LEITE, Eudes Fernando; OLIVEIRA, Jorge Eremites de. “Faço parte da História desse jeito!”: Componentes da memória e da identidade de uma indígena Guató. Disponível em: <http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/261>. Acesso em: 22/11/2019.

NICHNIG, Claudia Regina. *Com Quem Ficam Nossos Filhos Quando a Gente sai Trabalhar?*: “Publicações Feministas e o Direito a Creche no Brasil” In: STOLZ, Sheila; KYRILLOS, Gabriela; MARQUES, Carlos Alexandre Michaello Marques. *Os Percursos Feministas e as Conquistas Latino-Americanas*. Dourados: Editora da Universidade Federal do Rio Grande (EdFURG), 2019. No prelo.

O TEMPO. Helena Meirelles, a dama da viola do Brasil. *O tempo*, 04/11/2017, às 02h00. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/eletronika/helena-meirelles-a-dama-da-viola-do-brasil-1.1538780>. Acesso em: 24/06/2018.

OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memoria? In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 13-30.

ORTNER, Shery. *Esta a Mulher para o Homem assim como a natureza para a cultura*. In: ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Louise. *A Mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. [*Women, Culture and Society*, Stanford, Stanford University Press, 1974.], p. 95-120.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, n. 4, p. 9-28, 1995.

ROSA, Geni Duarte. Entre modas, polcas e chamamés: música, identidade e transgressão na trajetória e na obra de Helena Meirelles. In. ROSA, Geni Duarte; FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson (orgs.). *Práticas socioculturais como fazer histórico: abordagens e desafios teórico-metodológicos*. Cascavel: Edunioeste, 2009.

SALVATICI, Sílvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, n. 8, p. 29-42, 2005.

SANTANA, André. O grande sucesso Pantanal estreava há 28 anos. *Observatório da Televisão*. 27/03/2018. Disponível em: <https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/historia-da-tv/2018/03/o-grande-sucesso-pantanal-estreava-ha-28-anos>. Acesso em: 22/06/2019.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, n.16, 2001, p. 137-150.

SIMÕES, Julian. Entre as modas de viola e os “causos” de vida: construindo um feminino em Helena Meirelles. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, 2009, v. 9, n. 1, p. 39-50.

VIEGAS, Izabel de Arruda. *Pantanal; reminiscências de nossas vidas*. Campo Grande [?]: Gráfica Alvorada, 1997.

ZANCHETT, Silvana Aparecida da Silva. *Corpos femininos: cotidiano, memória e história de mulheres pescadoras no Pantanal Sul-mato-grossense – (1980-2017)*. Tese de Doutorado em História. Dourados: Programa de Pós-Graduação em História/UFMGD, 2019.

Notas de autoria

Claudia Regina Nichnig é professora visitante do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Grande Dourados. É pós-doutora em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e em Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Toulouse/França. É doutora pelo Programa Interdisciplinar em Ciência Humanas da UFSC, na área de Estudos de Gênero. E-mail: claudianichnig@gmail.com.

Eudes Fernando Leite é doutor em História pela Unesp/Assis. Professor-Titular da Universidade Federal da Grande Dourados, instituição onde atua nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em História (Mestrado e Doutorado). Realizou Estágio de Pós-Doutorado na UFRJ. E-mail: eudesleite@ufgd.edu.br.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

NICHNIG, Claudia Regina; LEITE, Euders Fernando. A flor da Guavira: contribuições para uma história das mulheres pantaneiras. *Sæculum – Revista de História*, v. 24, n. 41, p. 389-407, 2019.

Contribuição de autoria

Elaboração e contribuição coletiva.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em: 30/07/2019.

Aprovado em: 10/10/2019.